

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 021 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quarenta minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:43 HORAS E REABERTA ÀS 09:44 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO RIVA.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Benedito Pinto para assumir a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - "Sr. Presidente, não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem eu fazia um pronunciamento aqui da tribuna quando o grande Deputado Roberto Nunes pediu verificação de *quorum* e disse: "Verifique-se o *quorum*, mas a Bancada do PSDB está ausente". E aí suspendeu-se a Sessão.

Eu quero registrar que isso é inusitado, a Bancada estava presente, mas pediu que fosse registrada como ausente. É como se o tempo voltasse, como se o tempo não caminhasse para frente, mas caminhasse para trás. Como se a saudade, Deputada Serys Silhessarenko, não se fizesse de fatos passados, mas de fatos futuros. O raciocínio não é lógico, é ilógico! Este é um princípio defendido aqui pelo PSDB. Mesmo presente, eles dizem que estão ausentes para evitar o debate. De modo que são extremamente interessantes as manobras do Poder Legislativo! O Poder Legislativo precisa se impor como Poder!

Há dias aqui foram votadas matérias, uma atrás da outra. Quando ia ser votada uma matéria que feria o interesse do brilhante Deputado Benedito Pinto, ele invocou o Regimento Interno. O Regimento vale quando fere o meu interesse, quando não fere o meu interesse não tem Regimento! Esta é uma Casa democrática, que representa a população de Mato Grosso! É nesta Casa que eu vou fazer uso da palavra diuturnamente, até ficar rouco, mas não vou conviver com nenhuma manobra, ainda que seja em nome do Regimento. O Regimento vale para todas as situações, mas não para a situação que me convém! Quando sustentava a minha fala se votou “n” matérias, nem a Mesa - assim como nenhum Deputado - invocou o Regimento Interno. Quando eu falei: “V. Ex^a não pode falar, porque o Regimento proíbe”, a resposta foi: “Suspenda-se a Sessão, porque nós estamos ausentes”. E assim se faz o debate nesta Casa Legislativa!

Mas fiquei satisfeito hoje vendo a reação do Congresso Nacional, quando o Michel Temer disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que o Poder Legislativo é que decide as matérias que vai votar, e não o Executivo. E esta tem que ser a posição do Parlamento: defender-se em relação ao Poder Executivo!

Aqui no Poder Legislativo, na República, se faz leis! Aliás, as Leis que aqui são feitas nem validade têm! Nem nesse aspecto esta Casa está cumprindo a sua função, porque há setenta vetos do Poder Executivo! Nós só temos uma função constitucional: fazer leis! Agora, fazer indicação, proposições, isso é acerto dos estudiosos para dar finalidade à Assembléia Legislativa, porque Parlamento é para Parlamentar fazer leis. Para cumprir as leis, o Judiciário é que vai verificar o seu cumprimento. Mas até os Projetos de Lei aprovados aqui são vetados, literalmente, e dificilmente os vetos serão derrubados, ainda que alguns Deputados tenham neles votado. Não serão derrubados, porque o Chefe do Executivo não quer...

Mas o debate é importante, ilustre Deputado Humberto Bosaipo, que honra esta Casa na 1^a Secretaria, para registrar isso, não em tom de crítica, mas no sentido de argumentar sobre a necessidade que temos de repensar o próprio Poder Legislativo.

Ontem, participamos, eu e a Deputada Serys Slhessarenko, de uma bela reunião em que se rediscutia a função do Poder Judiciário. O Poder Judiciário tem que ser repensado, tem que ser revisto o Judiciário. Ontem, eu até fiz referência aqui a uma liminar dada pelo Poder Judiciário impedindo a abertura de contas pelo Ministério Público. Não importa de quem sejam as contas, não é esse o problema. O problema é o aspecto institucional. Não se pode negar a qualquer cidadão o acesso às contas públicas, não importa de que poder elas sejam, isso está garantido na Constituição, está garantido em lei e é um dever moral da Administração Pública garantir isso.

Por que vamos ter medo de exibir as contas? Não importa de quem sejam... Na ponta da discussão tem uma pessoa que é o meu amigo pessoal, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho. Eu lhe disse ontem que o reputo absolutamente honesto e decente, que vou defendê-lo, se ele me permitir, como advogado, mas não é essa a discussão. A discussão é que quando a República nega o acesso a uma conta pública, que é dinheiro público, que está no erário, ela se nega à vista do povo. Por que isso? Qual é o critério que inspira isso? E por que os Poderes da República insistem em negar esses valores...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos ao nobre Deputado que o seu tempo se encontra esgotado.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, quero dizer ao Deputado Elarmin Miranda que sempre que uma questão regimental for argüida, a Presidência vai tomar providências. A questão argüida pelo Deputado Benedito Pinto não era regimental, e sim constitucional, razão pela qual nós deferimos imediatamente o pedido.

Solicito aos Srs. Líderes de Partido que se sentem, hoje, com o nosso Consultor Técnico-Jurídico para compor as Comissões, caso contrário vamos nomear os demais membros, hoje, e vou publicar a composição das Comissões - é um alerta, para depois não dizerem que nós não falamos.

Quero dizer, também, ao Deputado Elarmin Miranda que ontem eu não me encontrava na Sessão, mas segundo o Artigo 334 do nosso Regimento Interno:

“É reconhecido à representação partidária, ou ao Deputado, o direito à obstrução, pelo abandono do Plenário na fase da votação.” Então, Sr. Deputado, é uma questão legal.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de dois minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Clóvis Figueiredo Cardoso, a necessidade de efetuar a aquisição de uma área rural no Município de Rondonópolis para assentamento dos índios bororos e terenas.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II. do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Clóvis Figueiredo Cardoso, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Hoje, existem no Brasil 325.652 índios. A característica principal da população indígena é a sua grande heterogeneidade cultural. Vivem desde grupos que ainda não foram contactados e permanecem inteiramente isolados da civilização ocidental, até grupos indígenas semi-urbanos e plenamente integrados às economias regionais. Independentemente do grau de integração que mantenham com a sociedade nacional, esses grupos aculturados preservam sua identidade étnica, se auto-identificam e são identificados como índios.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais que um simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de famílias, ao conjunto das interações sociais e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é, por isso, condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Atualmente, a comunidade dos bororos e terenas, representada por 250 índios, ocupa uma área de 2.400 hectares no Município de Rondonópolis. Estão requerendo a

posse considerando que por terem sido “expulsos” de sua própria terra, nada mais justo que garantirem uma área para si mesmos, hoje improdutiva pelo latifúndio. É lamentável que o desrespeito cultural tenha provocado tamanha disparidade, fazendo com que os primeiros donos das terras supliquem, hoje, por um pedaço de chão.

Diante do exposto, conto com a aprovação dos meus Pares e a compreensão deste órgão que sempre atendeu o clamor das comunidades rurais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

2º) INDICAÇÃO: Indico à Administração Regional Executiva da Fundação Nacional do Índio-FUNAI em Mato Grosso, Dr. Idevar José Sardinha, a necessidade de efetuar a aquisição de uma área rural no Município de Rondonópolis, para assentamento dos índios terenas.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Administrador Regional Executivo da FUNAI em Mato Grosso, Dr. Idevar José Sardinha, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Hoje, existem no Brasil 325.652 índios. A característica principal da população indígena é a sua grande heterogeneidade cultural. Vivem desde grupos que ainda não foram contactados e permanecem inteiramente isolados da civilização ocidental, até grupos indígenas semi-urbanos e plenamente integrados às economias regionais. Independentemente do grau de integração que mantenham com a sociedade nacional, esses grupos aculturados preservam sua identidade étnica, se auto-identificam e são identificados como índios.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais que um simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de famílias, ao conjunto das interações sociais e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é, por isso, condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Atualmente, a comunidade dos bororos e terenas, representada por 250 índios, ocupa uma área de 2.400 hectares no Município de Rondonópolis. Estão requerendo a posse considerando que por terem sido “expulsos” de sua própria terra, nada mais justo que garantirem uma área para si mesmos, hoje improdutiva pelo latifúndio. É lamentável que o desrespeito cultural tenha provocado tamanha disparidade, fazendo com que os primeiros donos das terras supliquem, hoje, por um pedaço de chão.

Diante do exposto, conto com a aprovação dos meus Pares e a compreensão deste órgão que sempre atendeu o clamor das comunidades rurais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

3ª) INDICAÇÃO: Indico ao Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Clóvis Figueiredo Cardoso, a necessidade de efetuar obras de infra-estrutura no assentamento de agricultores do imóvel rural denominado Gleba Dois Irmãos, na localidade de Vale Rico, Distrito de Guiratinga.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Superintendente do INCRA em Mato Grosso, Sr. Clóvis Figueiredo Cardoso, indicando o que menciona.

JUSTIFICATIVA

Conforme o Decreto nº 15, de 15/01/98, tramitou nessa Superintendência o Processo nº 54240.002205/9877 de desapropriação da área proposta para criação do Projeto de assentamento Dois Irmãos do Município de Guiratinga.

Foi emitido por este órgão o título de posse no dia 02/06/98 para uma área total de 1.484,68 hectares, sendo a fração mínima de parcelamento de 25 hectares, beneficiando sessenta famílias.

A Portaria INCRA/SR-13/Nº 43, de 18/06/98, aprovou o assentamento de agricultores no imóvel rural denominado Gleba dois Irmãos.

Cabe agora, decorrida toda a tramitação do processo de assentamento, a essa Superintendência proporcionar a infra-estrutura necessária para a viabilidade do Projeto de Reforma Agrária, compromisso assumido pelos Governos Estadual e Federal.

Atualmente são necessárias as seguintes obras: construção de uma escola; construção de um posto de saúde; eletrificação rural; poço artesiano para armazenamento de água; rede de distribuição de água; encascalhamento de estradas; considerando que para a fixação do homem no campo, como prevê a reforma agrária, é necessário criar condições para que esses trabalhadores obtenham a infra-estrutura básica. Só assim será possível viabilizar a esses assentados a garantia de sua subsistência.

Diante do exposto, conto com a aprovação dos meus Pares e a compreensão deste órgão que sempre atendeu o clamor das comunidades rurais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

4ª) MOÇÃO DE PESAR: Moção de pesar à família da Srª Olívia Martins pelo seu falecimento, ocorrido no dia 18 de março de 1999.

Na forma regimental, ouvido o soberano Plenário deste Poder Legislativo, indico à Mesa Diretora que seja enviada Moção de Pesar à família da Srª Olívia Martins pelo seu falecimento, ocorrido no dia 18 de março de 1999.

JUSTIFICATIVA

Externamos o sentimento de paz, fé e resignação à família do Deputado José Carlos Freitas pelo falecimento de sua avó, Srª Olívia Martins.

Em sua lição de vida, deixou como legado o exemplo de luta, sabedoria, fé, uma vida feita de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

vitórias. Sai, assim, do nosso meio um exemplo de vencedora que será acolhida no campo celestial, deixando aqui seus entes queridos.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Quero, primeiramente, externar o sentimento de paz, fé e resignação aos familiares do Deputado Estadual José Carlos Freitas, pelo falecimento da Sr^a Olívia Martins, avó do Deputado. Ele, inclusive, justifica a sua ausência porque foi para Rondonópolis participar do velório.

Então, nós queremos externar os nossos sentimentos de paz e resignação à família Freitas Martins.

Sr. Presidente, aproveitando esse minuto que me resta, eu queria parabenizar um leitor, o Sr. Adeildo Lucena, por sua opinião, publicada com o seguinte título: “Uma leve brisa de moralidade”. Esse senhor é um jornalista polêmico - eu tenho lido o que ele escreve -, e ele faz um elogio a esta Casa de Leis.

Eu queria, Sr. Presidente, que V. Ex^a - que hoje faz os encaminhamentos políticos desta Casa de Leis - procurasse ser como está sendo, um Presidente desta Casa, dos 24 Srs. Deputados, e não do PSDB. Ontem tive uma oportunidade ímpar de conversar com V. Ex^a. E eu, como Deputado Estadual, votei em V. Ex^a para Presidente...

E quero fortalecer aqui o discurso do Deputado Elarmin Miranda, para que V. Ex^a faça com que este Poder seja, realmente, independente. E ao Deputado Humberto Bosaipo, aqui faço uma reverência ao trabalho que a 1^a Secretaria vem desenvolvendo aqui.

Isso é muito bom porque fortalece o Poder Legislativo! E a nossa independência tem que prevalecer nesta Casa de Leis, porque nós não podemos ser um apêndice do Governador Dante de Oliveira. Nós temos que ter uma postura. Aqui as matérias têm que passar conforme os interesses do Parlamento e não conforme os interesses patroladores do Governador Dante de Oliveira.

Eu quero aqui, mais uma vez, ressaltar as palavras do Deputado Elarmin Miranda. Esperamos, Deputado, que o Presidente do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência informa ao Deputado que o seu tempo está esgotado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO -...Deputado Michel Temer, continue com essa posição, porque a Câmara dos Deputados também está em débito com a população.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Riva:

1^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado a necessidade de determinar medidas para o cumprimento do disposto na Lei n^o 6.998, de 14 de maio de 1998, atendendo a justa reivindicação das comunidades escolares dos municípios do Vale do Arinos e Vale do Juruena.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, mostrando-lhe a necessidade de determinar medidas urgentes para o cumprimento do disposto na Lei n^o 6.998, de 14 de maio de 1998, atendendo a justa reivindicação dos profissionais da educação e dos estudantes dos municípios que compõem o Vale do Arinos e o Vale do Juruena.

JUSTIFICATIVA

Desde 1995, reconhecendo as reivindicações das comunidades do Vale do Arinos e do Vale do Juruena, estamos preocupados com a inexistência de cursos de 3º grau, o que frustra a expectativa de centenas de jovens que terminam a cada ano o 2º grau.

Procurei neste período fazer gestões junto à Universidade Federal de Mato Grosso no sentido de viabilizar, pelo menos, cursos de extensão naquelas regiões, mas sempre o pleito foi barrado pela carência orçamentária daquela instituição.

Em 1997, apresentei Projeto de Lei na Assembléia Legislativa autorizando o Poder Executivo a criar e instalar *campus* da UNEMAT nos Municípios de Juara e Juína. O projeto foi aprovado neste Legislativo e em seguida sofreu veto do Governador, que, sendo posteriormente apreciado, foi derrubado, transformando-se na Lei nº 6.998, em 14 de maio de 1998, data da sua publicação.

Novos fatos surgiram nesse tempo para respaldar ainda mais a necessidade de incremento do dispositivo legal, valendo citar a exigência da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1998, que determina que o profissional docente tenha no mínimo o 3º grau completo. Essa exigência, direcionada a melhorar a qualidade do ensino, ressalta ainda mais a necessidade de instalação de cursos nas regiões que a lei abranger.

Outro fato relevante é que os profissionais da educação daqueles municípios reivindicam, com toda justiça, uma ação urgente para atender essa situação, como mostra o documento cuja cópia segue anexa a esta Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de recuperação de pontes e bueiros, reabertura, encascalhamento e levantamento do greide da MT-170, no trecho que vai de Tutilândia até a balsa do rio Aripuanã, em Colniza.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de recuperação de pontes e bueiros, reabertura, encascalhamento e levantamento do greide da MT-170, no trecho que vai de Tutilândia até a balsa do rio Aripuanã, em Colniza, numa extensão de aproximadamente 130 quilômetros.

JUSTIFICATIVA

O vasto Município de Aripuanã necessita de urgentes ações do Governo no sentido de tornar possível a sobrevivência de seus moradores e garantir o desenvolvimento local.

Para tanto, torna-se necessário priorizar a conservação de suas estradas. A MT-170, no trecho que vai de Tutilândia até a balsa do rio Aripuanã, em Colniza, precisa de urgentes trabalhos de reabertura, pois em alguns trechos ela praticamente não mais existe; e também as pontes se apresentam danificadas, tornando perigoso seu uso.

Em face da urgente necessidade de recuperação desses quase 130 quilômetros de rodovia,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

solicitamos o empenho das autoridades competentes no sentido de promover ações para atendimento do referido pleito. □ Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de realizar reparos emergenciais, levantamento do greide e encascalhamento na MT-170, num trecho de aproximadamente 110 quilômetros, ligando Tutilândia ao Município de Colniza.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando-lhes a necessidade de realizar reparos emergenciais, com levantamento do greide e encascalhamento da MT-170, num trecho de aproximadamente 110 quilômetros, ligando Tutilândia ao Município de Colniza.

JUSTIFICATIVA

A rodovia MT-170 é uma importante via de escoamento de produção de toda aquela região do Município de Colniza.

No entanto, o trecho que liga Tutilândia a Colniza encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade e com a chegada das primeiras chuvas está se tornando intransitável.

Faz-se então necessária uma ação imediata do Governo, viabilizando a realização de reparos na referida rodovia, para que Colniza e Tutilândia não fiquem isolados naquela imensa região do Estado.

Em razão do estado de emergência que a situação impera, espero contar com o apoio dos nobres Pares ao pleito.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de realizar obras de recuperação da estrada que liga o Município de Juína ao Município de Aripuanã, passando pelos Distritos de Filadélfia e Serra Morena.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando-lhes a necessidade de realizar obras de recuperação da estrada que liga o Município de Juína ao Município de Aripuanã, passando pelos Distritos de Filadélfia e Serra Morena.

JUSTIFICATIVA

Os Municípios de Aripuanã e Juína se situam no extremo norte do Estado. Nessa região as

riquezas naturais são abundantes, tanto a vegetação, com suas exuberantes florestas, quanto os minérios e o solo fértil.

Inúmeras são as pessoas de todas as partes do Brasil que lá se instalaram, num laborioso trabalho de desbravamento. No entanto, são grandes as dificuldades enfrentadas na região, principalmente com as estradas.

Recebi solicitação de um Vereador de Juína, Sr. Aldenor Batista de Almeida, alegando a urgente necessidade de recuperação da estrada que liga o Município de Juína ao de Aripuanã, passando pelos Distritos de Filadélfia e Serra Morena, pois atualmente a mesma se encontra em péssimo estado de conservação.

Entendendo ser extremamente necessário priorizar o trabalho de recuperação dessa estrada que liga municípios tão isolados na imensidão dessa região, aguardo das autoridades competentes ações que viabilizem o teor desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PDSB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de realizar reparos emergenciais, com levantamento do greide e encascalhamento, na MT-206, num trecho de 110 quilômetros, ligando o Município de Colniza ao Projeto Panelas.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópias ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando-lhes a necessidade de realizar reparos emergenciais, com levantamento do greide e encascalhamento, na MT-206, num trecho de 110 quilômetros, ligando o Município de Colniza ao Projeto Panelas.

JUSTIFICATIVA

O Município de Colniza e o Projeto Panelas situam-se ao Norte do Estado, numa região de grandes riquezas naturais.

Apesar de estarem localizadas em áreas do município, é notório o desenvolvimento de tais localidades.

Todavia, um gravíssimo problema que tem preocupado o povo e as lideranças é a má conservação de suas estradas. O trecho de 200 quilômetros que liga os referidos distritos encontra-se em péssimas condições e a trafegabilidade pode estar totalmente comprometida em pouco tempo, se os reparos não forem feitos com urgência.

Entendendo ser de extrema importância para a região a recuperação dessa estrada, solicito às autoridades competentes que atendam, em caráter emergencial, a reivindicação do povo e das lideranças do Município de Colniza e do Projeto Panelas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PDSB

6ª) MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE: Nos termos do Artigo 272, alínea “i”, da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a aprovação de Moção de Solidariedade ao Programa Boa Safra/99, a ser executado pelo DVOP, na seguinte forma:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO envia Moção de Solidariedade ao Eng^o José Carlos Novelli, DD. Presidente do DVOP, pelo Plano de Restauração das Rodovias - Projeto Boa Safra/99 -, que, executado na sua plenitude, manterá em boas condições operacionais as estradas mato-grossenses, assegurando assim o escoamento da produção, principalmente com a restauração das rodovias MT-170, MT-338, MT-208, MT-206 e MT-220.

No início deste mês, estive visitando vários municípios do Norte do Estado, especialmente nas regiões do Vale do Arinos e Vale do Juruena, onde pude comprovar o estado precário das rodovias, principalmente da rodovia MT-170, onde existem mais de mil caminhões parados, impossibilitados de trafegar.

Felizmente e em boa hora, o Governo do Estado, através do DVOP, apresentou o Programa Boa Safra/99, num plano audacioso de restaurar as rodovias mato-grossenses.

O Plano prioriza as principais rodovias regionais, entre elas as rodovias MT-170, MT-338, MT-208, MT-206 e MT-220, contemplando áreas potenciais de produção e sua importância na integração da região.

Em nome da população do Norte do Estado, que com muito orgulho represento nesta Casa de Leis, manifesto o crédito ao Governo do Estado, principalmente estabelecendo bases para uma parceria concreta para viabilizar a execução do Plano.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PDSB

7ª) PROJETO DE LEI:

Concede às pessoas que especifica os benefícios da Lei nº 7.051, de 15 de outubro de 1998.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governo do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam concedidos os benefícios da Lei nº 7.051, de 15 de outubro de 1998, para os Senhores Lourival Dueti Silva e Jorge Pomot Filho, como integrantes do Grupo A.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa a incluir como beneficiários da Lei nº 7.051, de 15 de outubro de 1998, os Srs. Lourival Dueti Silva e Jorge Pomot Filho, como reconhecimento à brilhante dedicação na área da agrimensura, com trabalho dignificante no Estado de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de março de 1999.

Deputado RIVA - PDSB

Ainda, sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Benedito Pinto:

1ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e ao Sr. Antônio Carlos Haidamus Monteiro, Diretor-Presidente da TELEMAT S/A, solicitando a instalação de um orelhão comunitário na Passagem da Conceição, em frente ao Bar do Jonas,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00
HORAS.

no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande está crescendo a cada dia que passa, havendo a necessidade de infra-estrutura para melhor atender seus munícipes. O problema ora apresentado está no setor de comunicação da localidade de Passagem da Conceição, que precisa de um orelhão comunitário para atender a população. Esse tipo de benefício é muito necessário nos dias atuais.

Devido à distância entre os bairros, faz jus a referida Indicação, pois, caso contrário, a locomoção dos munícipes para outras localidades a fim de se comunicarem gerará despesas e perda de tempo.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.

Deputado BENEDITO PINTO”

2ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, solicitando o término do asfalto da rodovia que liga o Distrito Industrial à Praia Grande, no Município de Várzea Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande está crescendo a cada dia que passa. Dessa forma, torna-se necessária a realização de obras que estão inacabadas e que são necessárias. Estamos nos referindo ao asfalto que liga o Distrito Industrial à Praia Grande, em Várzea Grande. É grande o fluxo de veículos na referida rodovia, então, faz-se necessário o término do asfalto, o que é o anseio de todos os moradores daquela populosa região.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.

Deputado BENEDITO PINTO”

3ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, solicitando a recuperação da rodovia que liga a região do Chuobo a Sete Porcos, numa extensão de 60 quilômetros, no Município de Poconé.

JUSTIFICATIVA

A rodovia que liga a região do Chumbo a Sete Porcos, no Município de Poconé, está necessitando ser recuperada numa extensão de 60 quilômetros, pois atualmente está quase que intransitável, apesar de ser feito, por essa rodovia, o escoamento da produção agropecuária da região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Devido ao exposto, faz-se necessária sua recuperação, atendendo reivindicação dos moradores daquela próspera região.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.

Deputado BENEDITO PINTO”

4ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, e ao Sr. Diretor-Presidente do DVOF, José Carlos Novelli, solicitando a implantação da Estrada Parque, ligando, pela Beira Rio, São Gonçalo à Praia Grande, em Várzea Grande, saindo pela Alameda Júlio Müller, na Sadia, passando por: São Gonçalo, Engordador, Bonsucesso, Pai André, finalizando na Praia Grande.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande é contemplado com belezas naturais que podem ser desfrutadas por todos. Referimo-nos ao rio Cuiabá, que liga Cuiabá a Várzea Grande. Queremos destacar a implantação de Estrada Parque, ligando, pela Beira Rio, São Gonçalo à Praia Grande, saindo pela Alameda Júlio Müller, na Sadia, passando por: São Gonçalo, Engorgador, Bonsucesso, Pai André, finalizando na Rraia Grande.

A implantação da mesma aquecerá o setor de turismo, oportunizando o conhecimento das belezas naturais e a implantação de novas fontes de renda, dando oportunidade para muitos trabalharem, desde a conservação à administração, que é necessária num empreendimento que atrairá muitos turistas para desfrutar do ar puro às margens do rio Cuiabá.

Sala das Sessões, em 18 de mcrço de 1999.

Deputado BENEDITO PINTO”

5ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, com cópia aos Parlamentares no Congresso Nacional, solicitando empenho junto ao Governo Federal no sentido de federalizar a rodovia que liga Canarana a Gaúcha do Norte, e Gaúcha do Norte a Sorriso.

JUSTIFICATIVA

A rodovia que liga Canarana a Gaúcha do Norte e Gaúcha do Norte a Sorriso é uma estrada de integração e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, diminuindo o percurso em mais de 500 quilômetros e beneficiando os municípios de Canarana, Nova Xavantina, Primavera do Leste, Paranatinga, Gaúcha do Norte, por ligá-los à região de Sorriso.

Pela importância da rodovia, a federalização da mesma faz-se necessária pois haverá mais condições para mantê-la e, conseqüentemente, o progresso se fará presente, dando melhores condições de trafegabilidade para o escoamento da produção agropecuária, que é a economia básica daquela prósperc região.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.
Deputado BENEDITO PINTO”

6ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatórko ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, solicitando a implantação, em Várzea Grande, de um loteamento popular para atender mais de dez mil famílias que precisam de residência.

JUSTIFICATIVA

O Município de Várzea Grande está crescendo a cada dia que passa. Dessa forma, torna-se necessário dotá-lo de infra-estrutura para atender o setor habitacional. Destaco a necessidade de implantação de loteamento popular para atender mais de dez mil famílias que não possuem um teto para se abrigar e, em muitos casos, estão desprovidas de recursos para uma moradia digna ao ser humano.

Assim sendo, a solicitação é de suma importância e, por certo, muitos pais de família poderão realizar o sonho de ter uma residência para abrigar sua prole.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.
Deputado BENEDITO PINTO”

7ª) INDICAÇÃO: “Com fulcro no Art. 239, letra ‘g’, do Regimento Interno do Poder Legislativo, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, DD. Governador do Estado, com cópia ao Exoº Sr. Secretário de Segurança Pública, Sr. Hilário Mozer, solicktando uma viatura para a Polícia Judiciária Civil do Município de Novo São Joaquim.

JUSTIFICATIVA

O Município de Novo São Joaquim está sofrendo com a falta de infra-estrutura no setor de segurança, pois existem poucas viaturas para atender as ocorrências.

Tendo em vista a necessidade de garantir a segurança aos moradores, solicitamos empenho em atender a referida Indicação, conforme cópia do Ofício Circular nº 004/99, da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, pois esse benefício será muito útil à Polícia Judiciária Civil e aos munícipes em geral.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1999.
Deputado BENEDITO PINTO”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Tendo em vista ter-se esgotado o tempo do Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Esta Presidência informa que em função da Questão de Ordem levantada, em sessão anterior, pelo Deputado Benedito Pinto, não há matéria na Ordem do Dia.

Solicitamos aos Srs. Líderes de Bancadas que se reúnam com a Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa para que possam recompor as Comissões que estão com número irregular de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Deputados, para ainda hoje solicitarmos a publicação da composição das Comissões para que possamos trabalhar.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Serys Shessarenko, usamos da tribuna neste momento para parabenizar esta Casa de Leis, este Parlamento, nas pessoas de V. Ex^a e do 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo, pela iniciativa de convidar o Padre Gaspar para realizar aqui periodicamente uma missa, para que este Parlamento seja mais unido. Com certeza, após uma missa, após uma oração, vimos aqui com a alma mais leve, mais tranqüila, e isso é importante para todos nós. Gostaria de agradecer, também, a paciência e a colaboração de todos os Srs. Deputados que entenderam que suspendemos a Sessão por 40 minutos para que todos pudessem participar.

Quero agradecer-lhes e dizer que, independente de religião, é muito importante que tenhamos uma crença, porque todos nós, os 24 Srs. Deputados, os funcionários desta Casa, acreditamos num ser superior a nós, que é Deus. Isso é muito importante. Espero que V. Ex^{as} continuem nessa linha de raciocínio para que possamos aqui discutir e fazer as leis, sempre respeitando as coisas mais certas que existem num ser humano que é o respeito, a dignidade e a honradez.

Finalizo agradecendo de coração. Que Deus abençoe esta Casa para que possamos continuar nessa linha, com união e fraternidade entre os povos, porque nós fomos eleitos para aqui representarmos a sociedade mato-grossense, através do Poder Legislativo. E não poderia ser diferente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também quero parabenizar a Mesa Diretora pela grande missa na Capela, e o Deputado Humberto Bosaipo por suas palavras. Eu gostaria de solicitar também que a missa fosse realizada num espaço maior, para que todos possamos participar. A missa foi muito bonita e fiquei muito feliz por ver os Srs. Deputados participando. Com isso poderemos nos engrandecer mais com a participação de todos os Srs. Deputados.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos distribuindo, através de nossa Assessoria Especial, o Regimento Interno da Casa.

Esse Regimento Interno, que está sendo distribuído hoje, vem acompanhado também de uma agenda para anotação de telefones de urgência, que os Srs. Deputados necessitarem.

Eu gostaria de agradecer as palavras do Deputado Pedro Satélite e do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, e dizer da criação da Escola do Legislativo e que nós também já kniciamos a formação do coral da Assembléia Legislativa, composto de funcionários da Casa.

Nós estamos mantendo contato com a Secretaria de Educação para que possamos implementar novamente aqui o supletivo de 1º e 2º graus para funcionários e dependentes de funcionários. Então, a Casa está tomando essas providências.

Ontem, o Presidente determinou que entregássemos a cada Parlamentar um resumo das eleições gerais de 1998, com a relação de onde cada Parlamentar, nominalmente, recebeu os votos dos seus municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Creio que já foram entregues ontem, nos gabinetes, dois exemplares, para que o Deputado possa usar um na sua biblioteca particular e para que o outro fique no arquivo do gabinete, para consulta e avaliação da sua campanha.

Está Casa está tomando as providências, na medida do possível, para que nós possamos resolver os nossos problemas o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão.

O Deputado Humberto Bosaipo me alerta para explicar a presença da *Miss* Mato Grosso aqui nesta Casa.

Eu acredito que esse concurso, muito mais que eleger a beleza, é uma forma de valorização, Deputada Serys Shessarenko, da própria mulher. E uma vez que esse concurso, realizado em Mato Grosso, foi provido de toda seriedade recomendável e que em abril próximo estará ocorrendo o concurso *Miss* Brasil 99 - inclusive com a realização do concurso mundial, *Miss* Universo, na cidade do Rio de Janeiro -, nós fomos procurar os organizadores para que encaminhassem à Mesa Diretora desta Casa a representante de nosso Estado, que se encontra nesta Casa fazendo uma visita ao Cerimonial.

Portanto, essa é a nossa justificativa e gostaríamos que os Srs. Deputados manifestassem apoio e torcessem também para que Mato Grosso possa demonstrar, no cenário nacional, além das belezas de sua natureza exuberante, Deputada Serys Shessarenko, que temos aqui também a beleza feminina, a beleza das nossas mulheres muito bem representada.

Sr. Presidente, de forma bem objetiva, sem pretender polemizar - apenas pelo fato de o assunto ter sido citado ontem e ter vindo de novo a esta tribuna hoje -, gostaria de falar sobre a questão da Câmara Municipal de Cuiabá no período em que fui Presidente daquela instituição, nos anos de 1995 e 1996, que conforme veiculou-se na imprensa, o Ministério Público Estadual estaria fazendo uma investigação das contas.

Para efeito de esclarecimento, o então Vereador Carlos Brito foi Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá no período de 1995 e 1996, e foi também Prefeito interino de Cuiabá durante alguns dias, no ano de 1996. Tenho a informar à sociedade mato-grossense que todas as minhas contas administrativas, tanto como Presidente da Câmara quanto como Prefeito interino, foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, inclusive com Parecer favorável do representante do Ministério Público naquela Corte, o Procurador de Justiça.

Não me cabe tecer comentários a respeito de uma decisão judicial, até porque faço parte dessa questão, mas me cabe esclarecer para a sociedade que o Ministério Público se faz presente na Corte do Tribunal de Contas através de um dos seus representantes.

Portanto, ele tem acesso a tudo o que ele pretende, a tudo o que ele deseja, no momento correto, no momento adequado, na auditoria que já foi feita quando da apreciação das contas. Portanto, o que eu tenho a declarar é isso!

Sintetizando, as minhas contas foram aprovadas pelo próprio Ministério Público, foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. E o Vereador Carlos Brito foi aprovado pela população de Cuiabá, porque em seguida a essas administrações o Vereador foi reeleito, obtendo a maior votação já alcançada no Legislativo Municipal deste Estado. E acabo, recentemente, de ser o

terceiro mais votado na condução para esta Casa, como Deputado Estadual, ao lado da Deputada Serys Shlessarenko, sendo o mais votado também em Cuiabá.

Eu tenho a minha conduta política, a minha conduta de gestão da coisa pública aprovada pela Corte de Contas do Estado, pelo Ministério Público e pela sociedade. Tenho minha consciência tranqüila! Quem achar o contrário, que procure os mecanismos que julgar conveniente, porque dos meus eu farei uso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Apenas para comunicar ao Deputado Carlos Brito e aos demais Deputados que esta Casa não dispõe de recursos para financiamento de viagens, com exceção para funcionários e Deputados em missão oficial, mas que os Srs. Deputados poderão colaborar, e assim também farei, com recursos de ordem pessoal. Nós estamos num período de austeridade muito grande, e os recursos estão sendo aplicados aqui na Casa - eu gostaria de pedir a compreensão de todos os Srs. Deputados.

E também louvar a atitude do Deputado Carlos Brito, porque esta é uma Casa em que temos que receber todas as pessoas, inclusive as *misses* que nos representam. Porém, lamentavelmente, nós não dispomos de recursos para financiamento, neste exato momento, para uma viagem como essa ou para qualquer participação, mas não me furto, por exemplo, de colaborar pessoalmente, o Deputado Humberto Bosaipo, com a quantia de R\$50,00, que eu considero grande. Se os Srs. Deputados, por ventura, quiserem colaborar com a *Miss*, que o façam com recursos próprios.

Apenas para dizer que nós estamos investindo os recursos aqui na Casa, principalmente na reforma e na perfuração do poço artesiano. E estou fazendo um esforço incomum para começar a pagar as férias atrasadas dos funcionários, juntamente com a Mesa, e gostaria imensamente de não poder desviar nenhum tipo de recurso neste momento. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Brito - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Carlos Brito, eu quero ratificar o que o Deputado Humberto Boscipo acabou de afirmar. Nós havíamos conversado e entendemos que "neste momento, não por não achar importante contribuir, especianmente com uma representante de Mato Grosso, todos nós Deputados poderíamos perfeitamente fazer uma contribuição pessoal.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO"- Primeiro, Sr. Presidente, para concordar em gênero e grau com o Deputado Humberto Bosaipo, e até ressaltar, para que não parem dúvidas, que considero até um tanto desnecessário, porque todos aqui me ouviram dizer, aqui desta tribuna, as razões pelas quais conduzi a esta Casa a Srt^a Carine Bonato, eleita *Miss* Mato Grosso.

Em momento algum solicitei qualquer auxilio financeiro ou "que o custeio por parte deste Poder. Então, para que não parem" dúvidas, com muito esforço, se puder contribuir, eu o farei pessoalmente, mas acredito que a vinda da *Miss* Mato Grosso a esta Ccsa não pode ser interpretada como uma vinda em busca de dinheiro e se resumir neste aspecto. Para que não parem dúvidas, não foi isso que eu disse na tribuna, quem está aqui neste plenário, nas galerias, assim como na imprensa, pode muito bem se certificcr disso, qualquer dúvida nós temos aqui o nosso serviço taquigráfico.

Agora, se os Parlamentares porventura se motivarem a contribuir, se for solicitada a tal

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

contribuição, é uma outra questão. Só para que não fique parecendo que eu penso diferente de V. Gx^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero completar dizendo, Deputado Carlos Brito, que quando alguém, como a Sr^a Carine Bonato, se dispõe a representar Mato Grosso, tem que ser valorizada e nós temos que respeitar isso, é o nome de Mato Grosso que vai ser elevado. É uma satisfação recebê-la aqui. E gostaria inclusive de pedir a V. Ex^a que a conduzisse depois à Presidência para que ela conhecesse a nossa Casa.

O Sr. Carlão Nascimento - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou deveras preocupado com o andamento dos trabalhos nesta Casa. E gostaria que V. Ex^a convocasse os Srs. Deputados que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, para que nós já sentássemos, hoje, e começássemos a discutir os trabalhos desta Comissão. Nós não podemos mais esperar, uma vez que já foram escolhidos todos os membros - parece-me que são os Deputados Joaquim Sucena, Benedito Pinto, Carlos Brito, Carlão Nascimento e Emanuel Pinheiro -, para que possamos dar andamento aos trabalhos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - Eu quero ratificar o que eu já disse aqui. Os Srs. Líderes devem se reunir com o Consultor Técnico-Jurídico, regularizar a composição das Comissões, na forma regimental, porque nós vamos publicar hoje a composição das Comissões, e nós gostaríamos que na Sessão de terça-feira o Presidente de cada Comissão estivesse eleito, para que nós já pudéssemos começar a apreciar os Vetos.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem à noite, V. Ex^a não estava na Presidência, quem estava em exercício era o Deputado Pedro Satélite, e nós pedimos justamente isso, que se acionasse... Nós sabemos que há matérias importantíssimas para serem votadas, mas estão todas sobrestadas sem a menor possibilidade de discussão, por conta dos Vetos.

Eu gostaria de fazer uma colocação bem séria, Sr. Presidente, que é a seguinte: por estar muito difícil formar as Comissões - e V. Ex^a terá que formá-las de qualquer jeito, com agilidade -, nós estamos aceitando participar da Comissão de Constituição e Justiça, a Deputada Serys, e o Deputado Gilney Viana na Comissão de Terra e Meio Ambiente.

Estamos totalmente à disposição, porque se ninguém quer constituir, se ninguém está a fim de trabalhar nas Comissões, nós estamos. Estão indicados os nomes. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - Quero informar que o Regimento diz que não havendo a indicação dos membros, o Presidente poderá fazê-lo. Porém, depois os Líderes poderão substituir os membros, até porque o Presidente tem que respeitar a proporcionalidade de cada Partido. E o Regimento diz também que numa primeira reunião as Comissões deverão eleger o seu Presidente, presidida pelo Deputado mais idoso.

Portanto, eu gostaria que as Comissões se reunissem hoje, porque nós estamos pedindo que regularizem, porque nós temos Deputados participando de mais de cinco Comissões, e isso, de acordo com o nosso Regimento, não é permitido.

É salutar a colocação da Deputada Serys Slhessarenko, até porque o Deputado Gilney Viana é muito respeitado nessa questão, principalmente, e seria um prazer tê-lo na Comissão, mas isso ficará a cargo das representações partidárias.

O Sr. Roberto Nunes - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE"- Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, só para comunicar à Deputada Serys Silhessarenko, porque talvez ela não tenha prestado atenção ontem, que nós nos reunimos em Plenário e indicamos o Deputado Gilney Viana como Suplente da Comissão de Terra e Meio Ambiente. Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Arroveitando um momento ímpar, pelo fato de meu tempo de existêncka me conduzir inicialmente à Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, porque sou o mais velho membro desta Comissão, eu gostaria de encaminhar ao nobre Presidente, tão logo se encerre esta Sessão, a possibilidade de o Consultor Técnico-Jurídico se unir aos membros da Comissão de Constituição e Justiça já aqueles declarados, para que nós possamos, já neste primeiro momento, fecidir e montar a Comissão de Constituição e Justiça aqui na Assembléia Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE - Apenas como lembrança aos Srs. Deputados, eu quero ler, a partir do Artigo 89, a Seção que trata da formação das Comissões:

“Das Reuniões

Art. 89 As Comissões Permanentes reunir-se-ão, ordinariamente, no edifício da Assembléia, duas vezes por semana, em dias e horas prefixados e publicados no Diário Oficial do Estado.

Art. 90 As reuniões extraordinárias das Comissões serão convocadas pelos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento da maioria de seus membros.

Parágrafo único As reuniões extraordinárias serão comunicadas por ofício aos membros efetivos da Comissão, bem como a todos os seus suplentes.

Art. 91 As reuniões das Comissões, ordinárias ou extraordinárias, serão normalmente públicas, salvo deliberação em contrário da maioria absoluta dos membros.

Art. 92 São obrigatoriamente secretas as reuniões, quando as Comissões tiverem de deliberar sobre perda de mandato ou sobre fato que importe em restrição ao conceito ou em suspensão de qualquer ordem contra conduta de membro do Poder Legislativo ou sobre perdas de cargo, nos casos previstos neste Regimento.

§ 1º Nas reuniões secretas só poderão estar presentes Deputados e pessoas convocadas pela Comissão.

§ 2º Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação de seu Presidente, um dos seus membros, salvo deliberação em contrário, do próprio órgão.

Art. 93 Deliberar-se-á sempre, nas reuniões secretas, sobre a conveniência de o assunto nelas tratado ser discutido e votado também em sessão secreta da Assembléia. Nesse caso a Comissão formulará, pelo seu Presidente, a necessária sugestão ao Presidente da Assembléia.

Parágrafo único Os papéis relativos à matéria que deva ser discutida e votada em sessão secreta da Assembléia serão entregues, em sigilo, à Mesa, diretamente pelo Presidente da Comissão.

Art. 94 As Comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do Dia das sessões, salvo na hipótese da apreciação da matéria em regime de urgência, nos termos do Art. 378, § 1º.

Dos Trabalhos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 95 Os trabalhos das Comissões processar-se-ão com presença da maioria de seus membros.

Parágrafo único A presença dos membros da Comissão será firmada de próprio punho pelo Deputado e constará de livro especial, que será mantido, no curso da reunião e no interregno dos trabalhos, à responsabilidade do Secretário do órgão.

Art. 96 O Presidente da Comissão tomará assento à Mesa à hora designada para o início da reunião e declarará abertos os trabalhos, que observarão a seguinte ordem:

I - leitura, pelo secretário, discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - leitura sumária do expediente, pelo Secretário;

III - comunicação, pelo Presidente da Comissão, das matérias recebidas e distribuídas aos Relatores, cujos processos a estes deverão ser enviados dentro de vinte e quatro horas;

IV - leitura dos pareceres cujas conclusões, votadas pela Comissão em reunião anterior, não tenham ficado redigidos, não tenham alcançado *quorum*, ou, na hipótese do Parágrafo único do Artigo 95, não tenham logrado deliberação...”

Então, eu poderia continuar lendo aqui, mas solicito aos Srs. Deputados que atentem para o Regimento Interno e elejam o Presidente de cada Comissão.

O Sr. Alencar Soares - Pela Ordem, Sr. Preskdenete.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Eu convoco, como Dgputado mais velho, uma reunião, após a Sessão, com os Deputados Eliene, Hermínio J. Barreto, Zé Carlos do Pátio e Moacir Pires, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, que dispõe de dez minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, após darmos entrada a um Projeto de Lei para revogar a Lei nº 7.098, de 30 de dezembro, aprovado nesta Casa de Leis na calada da noite, eu quero dizer que ontem, o Deputado Moacir Pires, o Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado José Carlos Freitas e eu entramos com um outro"Projeto de Lei para reduzir as alíquotas de ICMS dos veículos novos automotores.

São Paulo, hoje, cobra 9% da alíquota de ICMS, assim como Goiás e Paraná. Mato Grosso é o único Estado da Nação que cobra 17%!

E numa reunião do CONFAZ, o Conselho Fazendário, em Brasília, onde estiveram presentes todos os Secretários Estaduais de Fazenda, foi decidido que a alíquota máxima a ser cobrada seria 12%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 1997, Mato Grosso vendeu 21 mil veículos. Em 1998, 17 mil. Só no início de janeiro, nós estamos tendo uma perda de 602 veículos/mês, por causa do alto índice da alíquota de ICMS.

O sue está acontecendo? Hoje, as pessoas que querem comprar veículos novos estão indo até os Estados do Paraná, de São Paulo e de Goiás, porque aqui no Estado de Mato Grosso o carro é mais caro. Quero dizer, Sr. Presidente, que a média de venda de veículos eo Mato Grosso era de 1.480 carros e hoje está em torno de 800 carros.

Enquanto o Governo Federal reduz o IPI-Imposto sobre Produtos Industrializados de 10% para 5%, para estimular o emprego, o Governo do Estado de Mato Grosso faz o inverso. Ele aumenta impostos para aumentar a arrecadação. Ora, Srs. Deputados, o Governo está invertendo os valores econômicos deste Estado! No momento"em que a iniciativa privada vem investindo na energização deste Estado, no momento em que a iniciativa privada está

investindo no transporte do Estado, principalmente ferroviário, o Governo do Estado está com uma posição arcaica. A Bancada de Oposição pretende o inverso! Se ele quer aumentar impostos, então, que reduza os impostos cobrados, porque assim ele arrecadará mais!

O Governo não vai arrecadar mais, Deputado Everaldo Simões, aumentando os impostos cobrados do nosso povo. Que empresário investirá em Mato Grosso com essa taxa altíssima de ICMS sobre a energia e sobre todos os bens do Estado? E o imposto cobrado sobre o carro é mais uma questão que temos que discutir!

Eu quero falar, também, com relação à posição do Secretário de Fazenda, Sr. Válter Albano. Ele diz no jornal *Diário de Cuiabá*: “Eles, os empresários, induziram o Judiciário a erro e fraudaram o Estado.” Ora, Srs. Deputados, o empresariado induziu o Judiciário a erro? Olhem a fala do Secretário de Fazenda, Sr. Válter Albano! Os empresários induziram a erro... Sabem por quê? Porque os empresários obrigaram judicialmente o Estado a fazer a compensação entre os preços de tabela e os preços de nota. É bom refletirmos bem sobre isso. O valor que o Governo está cobrando por veículo no Estado não é igual ao que o empresariado está vendendo no comércio. Essa diferença de alíquota de ICMS tem que ser restituída ao empresariado!

Sr. Presidente, várias concessionárias entraram em contato conosco. O desemprego aumentará nessa área. Quero dizer que o Deputado Zé Carlos do Pátio, que vem hoje nesta tribuna falar, não está falando somente do ICMS sobre os veículos. Nós entramos com uma lei revogando o ICMS aumentado pelo Governo em relação à energia elétrica.

Srs. Deputados, em Poxoréo, o povo está vivendo à vela e à lamparina, porque ninguém está tendo condições de pagar energia elétrica. Na verdade, o Governo, para resolver seus problemas, para pagar suas dívidas, está aumentando os impostos. Eu gostaria que a sociedade fizesse essa reflexão!

Nós vamos levar essa discussão a toda a sociedade mato-grossense. Eu acho que a Associação Comercial e Industrial de Mato Grosso tem que travar um debate sobre essa situação. O Estado entrará em crise devido ao aumento dos impostos. Daqui a alguns dias - e eu quero ter a oportunidade de ir a Barra do Garças - não haverá nenhum carro emplacado em Barra do Garças, serão todos emplacados em Aragarças, porque o povo de Barra do Garças não poderá pagar um IPVA tão alto como está. Daqui a alguns dias, ninguém de Alto Araguaia emplacará carro em Mato Grosso, todos vão emplacar em Santa Rita do Araguaia. O povo atravessará a ponte porque não agüenta tanto tributo, como IPVA, ICMS e vários impostos que o Governo vem cobrando do nosso povo.

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência informa ao orador que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento. Se nesse período for concedido o aparte, que é de dois minutos, V. Ex^a disporá apenas de um minuto.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo, nobre Deputado.

O Sr. Moacir Pires - Usarei somente um minuto, nobre Deputado.

É de grande valia o pronunciamento de V. Ex^a. Peço a todos os Srs. Deputados que se empenhem nessa campanha para aprovarmos esse projeto o mais rápido possível. Nós entendemos que essa conta é a primeira que aprendemos, no primeiro ano de escola... É a lei da oferta e da procura. O Governo do Estado está dificultando para todos que querem investir em Mato Grosso, aumentando as alíquotas do ICMS da energia, da comunicação, dos veículos. Hoje à tarde, Deputado, terei o número de carros comprados e emplacados em São Paulo de

dezembro para cá, tendo em vista o aumento das taxas do DETRAN.

Está no jornal de hoje que uma carteira de motorista, que antes custava cento e poucos reais, hoje já sai por quase quatrocentos reais. É um absurdo o que está acontecendo neste Estado! É um absurdo nós recebermos telefonemas de várias regiões, de vários amigos eleitores nossos... Ainda ontem eu recebi um telefonema do Sr. Amélio, da FRIGOVERDE, que está com dezenove caminhões com quatrocentos bois gordos, para lá de Campo Novo do Parecis, todos eles sgm condições de chegar a Cuiabá. Eles terão que soltar todos os bois pela estrada porque não há condições de chegar aqui.

Nós tivemos uma reunião com o Diretor-Presidente do DVOP, Sr. José Carlos Novelli, que colocou à disposição mais máquinas naquela região.

Nós pedimos aos Deputados representantes da região Noroeste - como eu e o Deputado Riva - que intensifiquem a fiscalização disso, porque é um sofrimento ver os nossos amigos penando, querendo trabalhar, e o Estado não dando condições.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO"- Eu gostaria de terminar, Deputado Moacir Pires, para ilustrar mais a sua fala, dizendo que um jornalista fez um estudo comprovando que se hoje uma pessoa sair daqui e ir a São Paulo comprar um carro popular novo, ela economiza quatro mil reais, além de ICMS, emplacamento e tudo. Ela economiza quatro mil reais! Isso foi comprovado num estudo de um jornalista, que ontem passou por mim e colocou isso.

Então, é lamentável que estejamos perdendo divisas. O Governador inverteu a ordem dos fatores. Ele está achando que se aumentar impostos, vai aumentar a arrecadação, mas é o contrário, se aumentar o imposto vai cair a arrecadação. Se ele quer aumentar a arrecadação no Estado de Mato Grosso, terá que reduzir impostos para estimular a indústria, estimular o comércio, dar condições para a sociedade poder pagar a sua energia e também as pessoas comprarem aqui mesmo."É uma vergonha para o nosso povo ter que comprar em São Paulo ou em Minas Gerais!

Aliás, Sr. Presidente, para terminar, eu estive com o Governador Itamar Franco, segunda-feira, no Palácio da Liberdade. Ele vai reduzir para 9% o ICMS - ele estava com 12%, e agora ele vai reduzir para 9%!

E o Governador e seu Secretário de Fazenda, com uma visão arcaica, vai manter a alíquota em 17%. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Gilney Viana, que dispõe de dez minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, mesmo sob o risco de ser repetitivo, eu vou abordar a crise do SUS em Cuiabá, porque mais repetitivas que a minha fala, certamente, são as queixas da população quanto ao uso inadequado das verbas e ao atendimento insuficiente, para dizer o mínimo.

Hoje à tarde, a Comissão Especial que averigua o SUS de Cuiabá vai se reunir sob a Presidência do Deputado Carlos Brito e a Relatoria do Deputado Moacir Pires.

Nós gostaríamos de esclarecer ao Plenário algumas questões que foram suscitadas na nossa primeira reunião e que não foram plenamente esclarecidas, além de outras levantadas aqui no plenário, inclusive, pelo Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que eu retomarei hoje - não aquela Questão de Ordem, mas a questão de saúde de Cuiabá.

Primeiro, quanto à competência da Comissão Especial para averiguar o SUS de Cuiabá. Eu me reportaria à Constituição Federal que, no seu Artigo 23, declara: "É competência comum da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência...”

O Artigo 30 define a competência dos Municípios e, em seu inciso VII, diz: “prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população”.

A concepção do SUS, que está na Constituição de 1988, é exatamente um sistema único, integrado, descentralizado, que presta serviços em sua integralidade e universalidade e que delega aos municípios a capacidade operacional, em função de estarem mais próximos da população.

Assim, a Constituição Estadual, no Artigo 218, define: “As ações e serviços de saúde do Estado são de natureza pública, cabendo aos Poderes Públicos Estadual e Municipal disporem, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços públicos e, supletivamente, através de serviços de terceiros, contratados ou conveniados com estes.”.

O Artigo 219 define o SUS descentralizado, com atenção integral e com participação da comunidade. Aliás, são esses princípios fundamentais do SUS que estão sendo questionados diante da má gestão do SUS em Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito aos Srs. Deputados que prestem atenção nas "palavras do Deputado Gilney Viana ou, pelo menos, que colaborem para que o Deputado possa exercer o seu direito de fala.

O SR. GILNEY VIANA - Obrigado, Sr. Presidente.

Diz a Constituição Federal...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Volto a insistir com os Srs. Deputados, porque a conversa próxima ao orador prejudica o uso da palavra.

O SR. GILNEY VIANA - Diz a Constituição Federal, e com muita sabedoria dos Constituintes de 1988, que saúde é um direito de todos e dever do Estado. O que nós queremos averiguar é se todos - o que inclui os cidadãos residentes em Cuiabá e os contribuintes, com seus impostos, para que o Sistema funcione - estão usufruindo desse direito constitucional. Ressalvo que é competência da Assembléia Legislativa em comum, concorrentemente, não só legislar, mas fiscalizar o SUS.

Gostaria de abordar a primeira questão, porque na minha fala anterior eu não tive a oportunidade de debater com o Deputado que questionou isso aqui.

Em função da atividade comum, da responsabilidade comum da União, do Estado e do Município, o SUS de Cuiabá tem disponibilizado cerca de 6 milhões de reais por mês. Eu repetirei porque o Deputado Wilson Teixeira Dentinho não tem ciência dos números e, certamente, questionou sem ter verificado anteriormente junto à Secretaria de Saúde do Município: são 6 milhões de reais por mês. Literalmente, 6 milhões de reais por mês! O que se questiona é se 6 milhões de reais por mês são suficientes para prestar um serviço de atenção à saúde da população de Cuiabá, eu não diria ótimo, de Primeiro Mundo, mas razoável e não péssimo como está sendo feito agora.

Dos fundos que perfazem esses 6 milhões de reais - desde julho de 1998 o Sistema em Cuiabá passou ao regime de gestão plena, ou seja, com autonomia para gerir os recursos, estabelecer critérios e definir prioridades -, 3.302.224,06 por mês, em média, do mês 07/98 até 02/99

são recursos, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, provenientes de Fundo Federal. Agora, a Prefeitura Municipal aporta cerca de 2 milhões e 200 mil reais por mês, pagando fundamentalmente a folha de pagamento dos servidores públicos municipais que são locados na rede municipal de saúde. E o Estado, por obedecer o princípio da integralidade - e eu estou falando do Sistema -, aloca recursos materiais e humanos que servem ao sistema integrado. Poderíamos estimar isso... Eu não tenho uma estimativa, isso aqui é um tanto aleatório, não tem fontes oficiais ainda, mas eu acredito, na ordem de uns 300, 400 a 500 mil reais por mês. Com isso perfaz os 6 milhões de reais que eu tinha falado e que, naquele momento, eu não tive oportunidade de esclarecer a V. Exª - p'lo visto, V. Exª está se dando por satisfeito.

Com isso, o que está em questão, Srs. Deputados, é se 6 milhões de reais por mês são suficientes ou não para se prestar um serviço de saúde, eu não diria de Primeiro Mundo, repito, mas adequado, e se o custo benefício é uma relação razoável para um administrador público. E eu diria o seguinte: como se mede a eficiência ou a eficácia - como queiram, são conceitos um pouco diferenciados, mas vamos falar em eficiência -, relacionando-as com os recursos do funcionamento do Sistema de Saúde de Cuiabá? Nós poderíamos ver por consultas/ano, pela época em que os benefícios foram creditados, pelos indicadores clássicos de saúde... E aí eu vou dizer para os Senhores: lamentavelmente, os indicadores de saúde de Cuiabá são péssimos, em termos de resultado, do produto final que o Sistema de Saúde consegue prestar à população...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas para informar ao nobre Deputado que V. Exª dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O Sr. Carlos Brito - V. Exª me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Eu peço desculpa, mas V. Exª pode usar de outros artifícios regimentais para contestar.

Eu diria: qual é o centro da questão? O centro da questão, repito, são dois, é um dipolo: ou há insuficiência de aporte de recursos ou há má gestão dos recursos.

Sr. Presidente, das duas uma: ou há insuficiência de aporte de recursos ou os recursos são razoavelmente suficientes e há má gestão dos recursos e do Sistema.

Eu diria, sem precipitação, porque isto é objeto de estudo da Comissão que é presidida pelo Deputado Carlos Brito, da qual eu sou o Vice-Presidente e o Deputado Moacir Pires é o Relator...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que o seu tempo encontra-se esgotado.

Como o próximo orador é o Deputado Riva, eu destinarei três minutos do meu tempo a V. Exª.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço a concessão de V. Exª, é apenas para concluir.

Eu diria o seguinte: quais são os indicadores de saúde? Só para os Deputados que estão aqui atentos, os relatórios são da Prefeitura. Eu gostaria de dizer, de uma forma consciente, que há um diagnóstico dizendo que o Sistema é inoperante e ineficaz - Relatório de dezembro de 1998, produzido pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Coordenação de Planejamento. Por que eles fazem isso? Porque eles são profissionais competentes e, diante dos números, não podiam negar os fatos.

Então, nós temos um coeficiente de mortalidade infantil de 45,2 por mil nascidos vivos. É muito elevado! O padrão de Primeiro Mundo é 6 por mil nascidos vivos. O padrão de Cuba é 7...

O Sr. Carlos Brito - V. Exª me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Eu concederei, se a Mesa permitir...

O SR. PRESIDENTE - Infelizmente, neste período não é permitido o aparte, uma vez que o Deputado Gilney Viana dispõe de apenas dois minutos.

O SR. GILNEY VIANA - Então, o coeficiente de mortalidade infantil é muito elevado.

No início da nossa propositura da Comissão, eu tinha citado Curitiba, que não é administrada pelo PT, onde a meta da administração municipal em relação ao SUS é baixar o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10.

Então, "é possível medir a eficiência ou a eficácia do Sistema de Saúde Municipal com a gerência da Prefeitura pelos indicadores de saúde, é o que Curitiba está fazendo. E o Sr. Tanigushi, que é o Prefeito de lá, anunciou em rede nacional de televisão...

Nós teríamos outros indicadores, mas eu vou me permitir mostrar só um que impacta em relação à mortalidade infantil. V. Ex^{as} querem ver? O Relatório da Prefeitura diz 34% - só 34% - das crianças de 0 a 01 ano têm as consultas segundo o padrão recomendado pelo Ministério da Saúde. Ora, se há gestações de alto risco, se há insuficiências, se há um índice de partos cesarianos de 54,8%, que é acima da média nacional e muito acima do que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pelo próprio Ministério da Saúde, é natural que tudo isso dê um produto final de uma mortalidade infantil alta. É por isso que nós achamos que, hoje, ao ouvirmos a Ouvidora Municipal de Saúde, nós vamos ter a clareza de como o povo, o usuário se sente diante dessas insuficiências. E nós, positivamente, queremos contribuir para sanar, mas não podemos sanar, não podemos atacar o mal se não há um diagnóstico preciso, honesto, que vá ao fundo das coisas. É a isso que nós nos propomos.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. Roberto Nunes - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra, pela Liderança, ao nobre Deputado Roberto Nunes, solicito ao nobre Deputado Eliene, 2º Vice-Presidente, que assuma a direção dos trabalhos, uma vez que somos o próximo orador inscrito nas Explicações Pessoais.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10:49 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o nobre Deputado Roberto Nunes.

O SR. ROBERTO NUNES - Sr. Presidente, concedo a palavra pela Liderança ao nobre Deputado Carlos Brito, se V. Ex^a assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de dez minutos.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e ao Líder do Bloco, Deputado Roberto Nunes, mas acredito que não precisarei de todo esse tempo.

Quero ressaltar ao Deputado Gilney Viana que eu fico satisfeito, e acho que a parcela da sociedade que acompanha mais de perto esse trabalho também, porque é possível perceber que nós avançamos numa discussão política cada vez mais madura e mais preparada.

É interessante ressaltar, como bem disse o Deputado Gilney Viana - a quem aprendemos a respeitar neste Parlamento, e a cada dia aumenta mais essa nossa posição -, que os dados aos quais o Deputado se referiu, constam todos em um relatório levado a efeito pela própria Prefeitura Municipal. O que demonstra que, efetivamente, o Prefeito da Capital, Roberto França, tem um compromisso bastante claro com a sociedade do Município de Cuiabá. E ao determinar que os seus Assessores, responsáveis pela área de Saúde, fizessem uma radiografia real do quadro da Saúde no Município, por si só, já demonstrou sua disposição de enfrentar o

problema colocado. Por sinal, um problema que não é peculiar de Cuiabá, não é um problema pertinente a Cuiabá apenas - a questão da saúde é nacional, com todas as suas dificuldades, com todos os seus engenhos, que não funcionam da maneira adequada.

Então, a Prefeitura, ao apresentar um relatório como esse, fazendo a radiografia de um quadro que, aparentemente, uma outra administração não faria, demonstrou uma outra forma de fazer política.

O próprio Deputado Gilney Viana coloca que reconhece o profissionalismo dos técnicos e também a determinação política do Prefeito em diagnosticar o verdadeiro tamanho daquilo que precisa ser resolvido.

É óbvio que esse investimento de 6 milhões, Deputado Gilney Viana, sem dúvida, é algo bastante significativo e também há que se ressaltar que a Prefeitura de Cuiabá, ao contrário de alguns outros municípios, não pretende, não faz uso de recursos oriundos do próprio sistema, vindos do Governo Federal, para embutir ali o custeio da folha de pagamento, o que alguns municípios, em âmbito nacional, tentam fazer.

Cuiabá disponibiliza os recursos vindos do Governo Federal para custear o Sistema. A folha de pagamento, até porque a Prefeitura entende que seria uma atitude errada, é custeada com recursos próprios.

Há que se lembrar que a Prefeitura não dispõe regularmente, a cada 30 dias, desse montante de 6 milhões, ela dispõe, com uma certa regularidade, do que vem do Governo Federal, que seriam esses 3 milhões, 400 mil e alguns quebrados. O restante é da mesma forma complicada, em relação à pontualidade, como é o restante da gestão do recurso próprio do Tesouro Municipal.

Então, não há que se pensar que a cada 30 dias, religiosamente, o caixa da Saúde do Município tenha à disposição 6 milhões para serem investidos.

Mas eu acho que este Parlamento, Deputado Riva, avança quando consegue travar uma discussão, colocando efetivamente a busca de solução para a questão. A Prefeitura contribui quando nos apresenta, ela própria, um diagnóstico desse quadro quase caótico da saúde no Município e, ao mesmo tempo, nos convida, por essas ações, a tomarmos atitudes naquilo que for de nossa competência. Eu acho que a Comissão proposta pelo Deputado Gilney Viana pode vir a contribuir nesse sentido de juntos verificarmos caminhos para superarmos essas dificuldades.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Carlos Brito, eu gostaria de propor à Comissão Especial a realização de uma audiência pública para discutirmos esse assunto, e aproveito para fazer essa solicitação porque estão presentes os Deputados Joaquim Sucena, Gilney Viana, Moacir Pires e V. Ex^a, que são membros da Comissão.

Por que nós pretendemos fazer isso? No Governo de Jayme Campos, em Mato Grosso, do total de recursos do SUS, 33% ficavam na Capital, até porque a Capital é a região que mais precisa de recursos, não nos resta dúvida - e também tem o fator de todos os tratamentos especializados serem feitos na Capital. Nós, do interior, vínhamos para cá, isso é natural.

Mas eu não estou entendendo uma coisa, Deputado Carlos Brito. Eu fico ouvindo a conversa do Deputado Gilney Viana, de V. Ex^a... Hoje, mais de 50% dos recursos do SUS estão na Capital. Houve melhora ou não houve melhora? Por que esses coeficientes tão ruins? Eu encaminhei um Requerimento à Secretaria Estadual de Saúde para saber informações com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

relação à distribuição de recursos do SUS para o Estado de Mato Grosso. É essa dúvida que fica no ar. Se houve melhora, ótimo, porque todos nós do Estado de Mato Grosso nos utilizamos da Capital, mas se não houve melhora, alguma coisa está errada, porque houve um aumento de mais 20% de recursos do SUS para a Capital! E os índices que o Deputado Gilney Viana colocou aqui nos deixam preocupado. Eu quero deixar registrado que nós temos que realizar uma audiência pública para discutir a aplicabilidade dos recursos da saúde na Capital e em todo o Estado de Mato Grosso.

Eu quero chamar o Conselho Municipal de Saúde para que possamos participar de uma comissão tripartite. Eu gostaria que nós, Deputados, fizéssemos uma visita - e V. Ex^a poderia marcar o dia - à Secretaria Estadual de Saúde e nos reuníssemos com essa comissão tripartite para discutirmos a aplicabilidade desses recursos. É uma sugestão nossa.

Eu quero parabenizar a discussão desencadeada pela Comissão Especial, porque ela interessa também ao interior, não somente à Capital. Obrigado.

O SR. CARLOS BRITO - Eu agradeço ao Deputado Zé Carlos do Pátio e aproveito para lembrá-lo que esta Casa instituiu uma Comissão Especial com a finalidade de averiguar o funcionamento e o atendimento do SUS no Município de Cuiabá. Portanto, é bom ressaltar que esta Casa não constituiu uma CPI para descermos a detalhamentos maiores, só para efeito de registro...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados que dêem condições para a continuidade do pronunciamento do Deputado Carlos Brito.

Continua"com a palavra o Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - E informo também, Sr. Presidente, que a Comissão Especial, durante o desenvolvimento dos seus trabalhos, colocará à disposição dos Srs. Deputados a sua agenda, que incluirá não só a oitiva da representante da Ouvidoria Municipal, dos Conselheiros com assento no Conselho Municipal, representando os usuários, os prestadores"de serviço, mas também os contatos que manteremos com as autoridades públicas do Estado e do Município em relação ao SUS. Das demais providências, este Parlamento tem condições de tomar conhecimento quando bem entender. Então, não há qualquer problema com relação a esse encaminhamento.

Eu quero ressaltar que deveremos aguardar um pouco mais, para que a Comissão Especial consiga tirar algumas dúvidas. Eu quero saber se realmente houve um incremento de 20% na Receita do SUS para o Município, eu quero saber qual o incremento no atendimento, eu quero saber se há um equilíbrio entre o dinheiro de que se dispõe e o atendimento que se é obrigado a dar, e quero saber se, por exemplo, o Município de Rondonópolis consegue prestar atendimento aos seus usuários e se lá há prejuízo ou não. Eu estou colocando isso como exemplo. Eu acho que este é o papel que esta Comissão deve desempenhar, que é o de verificar o funcionamento e o atendimento. A partir desses dados é que teremos condições de dar os encaminhamentos certos.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS BRITO - Pois não!

O Sr. Zé Carlos do Pátio - No início do Governo Dante de Oliveira, quando Jaime Campos - e eu estou falando de dados concretos que podem ser verificados na Secretaria de Saúde - deixou o Governo, Rondonópolis tinha 1.400 guias de internação hospitalar. V. Ex^{as} sabem quantas guias Rondonópolis tem hoje? Novecentas guias de internação hospitalar. Então, eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

acho que essa Comissão Especial tem que discutir a distribuição dos recursos do SUS.

Eu gostaria de pedir, Deputado Carlos Brito, para discutirmos a aplicabilidade dos recursos. Eu acho que isso é saudável, é salutar.

Era só isso! Eu gostaria até de parabenizá-lo pela discussão.

O SR. CARLOS BRITO - Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que ninguém está se furtando a discutir, até porque a situação de Rondonópolis precisa ser discutida mesmo, talvez muito mais que a de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao nobre Deputado que dispõe de dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS BRITO - Então, eu acho que o caminho é esse, com certeza! Cuiabá, por exemplo, tem que atender pessoas de diversos municípios, inclusive de Várzea Grande e de outros municípios, que se dirigem para cá. Até porque não poderia ser diferente. Se cada Município tivesse que ter um atendimento de referência, nós teríamos a saúde mais cca deste País, se tivéssemos que ter equipamentos todos iguais,"mas não há necessidade, pelo volume de atendimento. Então, é comum que a Capital abrigue determinadas especialidades. Agora, nós precisamos conduzir essa discussão com muita seriedade. É a isso que nos propomos, foi essa a proposta do Deputado Gilney Viana, e acho que as colocações aqui só acrescentam. E é prudente que aguardemos maiores informações...

O Sr. Moacir Pires - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS BRITO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Considero encerrado o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobres Pares. O Deputado Gilney Viana, o Deputado Carlos Brito, o Deputado Carlão Nascimento e eu vamos averiguar, vamos fiscalizar, porque esse é o intuito dessa Comissão Especial que nós formamos.

Ew tenho certeza de que onde houver erros ou defeitos, na área da Saúde, a Comissão - e não é para usar a imprensa ou o plenário como palanques políticos - vai corrigir esses erros.

É assim que eu penso e é assim que irei desempenhar o meu papel de Relator nessa Comissão Especial. Onde houver erro nós vamos indicar, mostrar ao Secretário Municipal e ao Secretário Estadual para que eles tenham compaixão e amor por Mato Grosso, porque os prontos-socorros de Cuiabá e de Várzea Grande atendem, Deputado Zé Carlos do Pátio, 60% dos municípios mato-grossenses, e até Estados vizinhos.

Então, eu não vou usar, de maneira alguma, o fato de participar dessa Comissão para fazer uma oposição, usando-a como palanque, usando a imprensa para estar parecendo. Quero, sim, fazer parte e ser Relator dessa Comissão para apontar os erros, achar os defeitos e sugerir aos Secretários - dentro de uma Comissão, dentro de uma discussão - que corrijam os defeitos, onde eles existirem na saúde de Mato Grosso.

E aproveito também para cobrar, neste relatório, do Exm^o Sr. Governador Dante Martins de Oliveira, a nossa indicação para que seja transferido para os prontos/socorros de Cuiabá e de Várzea Grande o valor economizado pela Assembléia Legislativa em seu duodécimo, que passou de R\$3.580.000,00 para R\$3.300.000,00, restando assim R\$280.000,00, o que ajudaria, e muito, os nossos prontos-socorros. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicitei a palavra, pela Ordem, porque penso

que essa Comissão tem que travar um debate com a sociedade! Eu quero reforçar isso porque acabei de encontrar uma mulher de Rondonópolis que vai ser operada aqui. E, realmente, a quantidade de pessoas que vem do Brasil inteiro para se tratar em Cuiabá é grande - é gente de Rondônia, do Acre...

Então, eu quero falar aqui, pela Ordem, sobre o papel de Cuiabá na aplicabilidade.... É por isso que os recursos têm que ser bem aplicados, porque Cuiabá é referência e seus recursos precisam ser bem aplicados.

Então, eu só estou colocando o seguinte: se aumentaram os recursos - e o Deputado Gilney Viana me passou índices alarmantes... Como é que, apesar de serem aumentados os recursos, a situação piorou?

Então, era só essa a nossa preocupação. Mas se forem aplicados os recursos, a quantidade que for, eu vou ficar feliz, porque realmente Cuiabá é uma boa referência de saúde pública - só queremos que os recursos do SUS sejam bem aplicados.

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança do PT, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu ouvi as palavras do Deputado Carlos Brito, que é o Presidente da Comissão Especial, e do nobre Relator, Deputado Moacir Pires. Naturalmente, com a aquiescência dos Deputados Carlão Nascimento e Joaquim Sucena, eu acho que nós estamos numa empreitada que tem alguns riscos. Quais são os riscos? Os riscos de nós nos propormos a fazer uma investigação, uma averiguação - que é o termo correto -, suscitarmos uma expectativa na opinião pública e, de repente, não conseguirmos levar a efeito, ou melhor, concluirmos positivamente - ou, como se diz na linguagem, vamos dizer assim, vulgar, a Comissão “terminar em pizza”. Eu acho que não é o objetivo de nenhum dos cinco Deputados componentes da Comissão.

A segunda questão que nós gostaríamos de esclarecer é que nós corremos o risco de sermos um tanto afoitos, de fazermos palanque político da Comissão e, eventualmente, não chegarmos à conclusão com propostas alternativas. Eu acho que nós não devemos correr esses dois riscos, ou melhor, nós não devemos incorrer nos resultados que esses riscos apontam, mas é preciso que nós deixemos claro que a atividade parlamentar, a atividade legislativa, especialmente a atividade fiscalizatória, é atividade pública, e quanto mais pública melhor.

Então, não fiquemos nos cerceando, dizendo assim: “Ah, vai fazer palanque político! Vai querer aparecer para a imprensa!”. Eu acho o seguinte: quanto mais a imprensa noticiar aquilo que é verdadeiro, que é honesto, que é factível de se comprovar, que é fundamentado, melhor será para cumprirmos o nosso mandato e para que a Comissão Especial tenha resultados positivos. Porque, se nós ficarmos assim...

O SR. GILNEY VIANA - E aqui está o Deputado e meu amigo Moacir Pires. Ele, às vezes, tem uma preocupação: “Não façamos disso um palanque!”...

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Já concederei o aparte a V. Ex^a, Deputado Benedito Pinto.

Nós podemos estar nos cerceando. Não nos preocupemos com isso! Preocupemo-nos com o seguinte: vamos fazer um trabalho certo, honesto, correto, ouvindo as pessoas que têm competência para nos informar a respeito do assunto e, a partir daí, vamos elaborar um relatório que seja produtivo para melhorar a gestão que está aí.

Se nós chegarmos a esse ponto - e V. Ex^a, Deputado Moacir Pires, que é o Relator, tem mais responsabilidade para sintetizar a obra da Comissão -, eu acho que nós estaremos bem. Não

nos preocupemos, porque o resultado de uma coisa pública tem que ser conhecida, e quanto a isso nós não podemos temer se agradará a “a”, “b” ou “c”, mas, fundamentalmente, se melhorará o serviço de saúde.

Concedo o aparte ao Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - Ilustre Deputado Gilney Viana, solicitei o aparte a V. Ex^a para fazer algumas indagações a respeito da Comissão.

Eu gostaria de saber se a Comissão definitivamente já está instalada e se já tem um calendário de trabalho. Tendo uma resposta positiva, eu gostaria que a Comissão nos encaminhasse esse cronograma de trabalho para que nós puféssemos também acompanhar os trabalhos da Comissão, mesmo não fazendo parte dela. Então, eu gostaria de ter as respostas a essas indagações neste aparte.

Informe-me com alguns membros que me disseram que já foi realizada a primeira reunião. Eu gostaria de saber se já foi determinado pela Comissão um cronograma de atuação da Comissão. A resposta sendo positiva, eu gostaria que o cronograma fosse distribuído para os demais Deputados, para nós podermos participar também desta Comissão, uma vez que nós temos alguma experiência e alguns dados que poderão ajudar a Comissão. Eu gostaria apenas de ter essas informações e fazer esse pedido neste aparte.

O SR. GILNEY VIANA - Nobre Deputado Benedito Pinto, com a permissão aqui do Presidente da Comissão Especial, Deputado Carlos Brito, eu informo V. Ex^a de que a Comissão já foi instalada. Nós já elegemos o Presidente, que é Deputado Carlos Brito, o Vice-Presidente, que sou eu, Deputado Gilney Viana, e o Relator, que é o Deputado Moacir Pires.

Estabelecemos um cronograma de trabalho em que se ouviria primeiro os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Saúde. A primeira delegada, que tem um *status* especial, é a Ouvidoria Municipal, representada pela Dr^a Alba Medeiros, que vai ser ouvida hoje, às 15:00 horas, na Sala dos Deputados. Terça-feira, salvo engano, ouviremos um representante dos usuários e - provavelmente na mesma terça-feira, o Deputado Presidente da Comissão vai decidir -, posteriormente, um representante dos prestadores de serviço privado. Depois, vai ser avaliado se nós ouviremos, ato contínuo, o Secretário Municipal ou o Secretário Estadual, conforme a ordem que vai ser determinada pela Comissão. E, eventualmente, outras autoridades... Mas essa primeira leva, vamos dizer assim, de autoridades, de representações que nós vamos ouvir é essa.

Eu me permito dizer também a V. Ex^a que Cuiabá, por ser referência... E referência, na linguagem de saúde pública, é aquele local de maior complexidade, para onde se envia o paciente, obviamente, com uma determinada doença ou um determinado dano ou agravo. Então, a partir de uma atenção que ele já tenha recebido e que não tenha sido suficiente para completar o seu tratamento, ele é levado para um lugar de maior complexidade, como é o caso da especialização, como é o caso, às vezes, de necessidade de cirurgias que não são realizadas no local da primeira atenção que ele recebeu, e assim por diante.

Então, esse fato mostra que o Sistema de Saúde de Cuiabá tem uma conexão orgânica - e isso é o espírito do SUS - com os Municípios de Várzea Grande, Rondonópolis, Guarantã do Norte, Apiacás. Agora mesmo o Presidente da Assembléia Legislativa estava me falando que tem essa conexão também com Colniza, Aripuanã, Juína e outros. É por isso que ao enfocarmos Cuiabá... Embora isso não seja objeto específico da ementa da Comissão, certamente essas relações do SUS de Cuiabá com o SUS de Várzea Grande, com o SUS - usando essa linguagem - de Guarantã, de Rondonópolis, vão ser pertinentes por uma razão muito simples: o SUS é um

sistema integrado, e nós temos que examiná-lo.

Por isso, a contribuição de V. Ex^a, que é lá de Várzea Grande, pode ser muito útil para termos uma visão de conjunto.

O Sr. Roberto Nunes - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Concedo o aparte ao meu líder espiritual - porque a minha Líder partidária é a Deputada Serys Shessarenko -, Deputado Roberto Nunes.

O Sr. Roberto Nunes - Só para cumprimentar V. Ex^a por seu pronunciamento. Eu estava conversando com o Deputado Joaquim Sucena, que faz parte também como membro efetivo dessa Comissão, e quero crer, nobre Deputado Moacir Pires, que a Comissão vai ajudar a resolver, tentar pelo menos, a questão da saúde pública de Cuiabá.

Eu acredito que o Deputado Gilney Viana já colocou aqui que quando eu me propus a assinar, juntamente com ele, a criação desta Comissão, ficou bem claro que o interesse da Assembléia Legislativa seria de contribuir com o Prefeito Roberto França; jamais ir até a Prefeitura para encontrar ou procurar irregularidades, ou tentar prejudicar o trabalho da saúde pública.

Nós, como representante do povo mato-grossense, e aqui representando a Baixada Cuiabana, especialmente Cuiabá, assim como o nobre Presidente da Comissão, o Deputado Carlos Brito, o Deputado mais votado de Cuiabá, ex-Vereador de Cuiabá, e o Deputado Carlão Nascimento, que também faz parte dessa Comissão, estaremos lá também para contribuir com o Prefeito Roberto França.

Estamos acompanhando pela imprensa que o Ministro da Saúde poderá rever a sua posição tão logo sejam sanadas as irregularidades. Mas não adianta nada tirar a intervenção da saúde em Cuiabá, se não melhorar o gerenciamento, se não melhorar o desempenho no atendimento ao cidadão.

Então, eu acho que essa é uma preocupação do Bloco Frente e Cidadania. Nós vamos, como Líder do Bloco, participar indiretamente da Comissão, junto com o Deputado Carlos Brito, com o Deputado Carlão Nascimento e com os demais componentes da Comissão, para contribuir na melhoria desse gerenciamento. Que acabe a intervenção, mas que também melhore o gerenciamento da saúde na nossa Capital!

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo ao Deputado Gilney Viana que dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Agradeço à Presidência. Agradeço também o aparte do Deputado Roberto Nunes, Líder do PSDB aqui na Assembléia Legislativa.

Quero deixar claro o seguinte em relação à questão política: claro que a responsabilidade política imediata é da Prefeitura, e é natural que ela esteja preocupada - eu estaria também. Agora, aconteceu um fato superveniente que foi a intervenção federal que, de repente, colocou o Secretário Estadual de Saúde e o Governo do Estado também no jogo, vamos assim dizer. É claro que o Secretário Estadual de Saúde está preocupado - é natural! -, com as repercussões políticas que, eventualmente, isso possa causar.

Mas o espírito originário da propositura foi exatamente esse que V. Ex^a disse - V. Ex^a subscreveu-a, o Deputado Carlos Brito também, e mais 10 ou 12 Srs. Deputados assim o fizeram. É com esse espírito que nós vamos trabalhar. E eu acredito, sob a batuta do Deputado Carlos Brito, sem preocupações de cercear opiniões, mas também sem - vamos dizer assim - oferecer opiniões ou dados que não tenham fundamento e que não estejam devidamente cuidados. Em benefício de quem? Do povo que nós representamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Humberto Bosaipo, Everaldo Simões e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Deocrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Vicna e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Riva (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL). Benedito Pinto (Sem filiação Partidária), Herminio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho (PMDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Emanuel Pinheiro, do PFL; José Carlos Freitas, do PPB; Jair Mariano, do PPS.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio